

# À procura de um consenso

Lúcia Torlbio

Um acordo entre o PMDB e o PFL em torno do artigo 57 do regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte transformou-se no grande desafio dos artífices políticos do Palácio do Planalto. Entre a irredutibilidade do PMDB — que quer salvaguardar a soberania da Assembléia — e a posição do governo, traduzida pelo PFL, de não deixar qualquer brecha legal para que o texto da atual constituição seja alterado pela maioria absoluta da Casa (metade mais um dos constituintes), assessores do Gabinete Civil tentam chegar a um texto legal que consiga o consenso dos parlamentares da Aliança Democrática, única forma de evitar mais um impasse na votação da próxima terça-feira.

A partir da emenda apresentada pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE) — mais amena do que a proposta do relator Fernando Henrique Cardoso — os líderes do PMDB e PFL, junto com o ministro Marco Maciel, o deputado Ulysses Guimarães e o próprio presidente Sarney buscam atender ao grupo "pró-soberania" preservando a atual constituição. No texto do

deputado permanebucano, a Assembléia teria poderes de, por maioria absoluta, "sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte". As duas alternativas para emendar a emenda (que, com esta redação, acreditam os assessores de Sarney, ainda concede poderes excessivos aos constituintes) seriam ou eliminar a expressão "e as decisões soberanas" ou acrescentar, no lugar da palavra "medidas" a expressão "fatos novos".

A discussão, que parece semântica, visa preservar os poderes do executivo, base, para o presidente Sarney, da estabilidade institucional durante o período de elaboração da nova constituição. Não seria só o mandato do Presidente que estaria em jogo, argumenta um assessor palaciano; "viveríamos um período sem qualquer garantia constitucional, já que a carta pode ser modificada a qualquer momento". O endurecimento da posição do PFL, a partir do último final de semana, traduziu a disposição do governo de tratar o assunto com maior severidade, acuando as lideranças do PMDB. Situação que, para o Palácio do Planalto, facilita o desenlace do acordo.